

FAMÍLIA E PODER EM MINAS GERAIS: O CASO JUNQUEIRA (1790-1850)

Marcos Ferreira de Andrade *

Este estudo aborda a trajetória das famílias que pertenciam à elite escravista no sul da Província de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX¹. Dentre os aspectos analisados, destacam-se o potencial das grandes unidades escravistas, voltadas para a produção e a comercialização de gêneros para o abastecimento interno, e a projeção de algumas famílias no cenário político local e nacional. A relação de complementaridade entre atividades agropastoris e mercantis marcou a trajetória de muitos grandes proprietários escravistas da área analisada. Há que destacar ainda o papel das elites regionais na construção do Estado Imperial, a partir do estudo de caso investigado. Fortuna, família e poder são termos-chave para se compreender o objeto deste estudo. Nos exemplos ilustrados, percebe-se que esses elementos não estavam dissociados. Com isto também não estou afirmando que riqueza fosse sinônimo de prestígio e poder, e vice-versa. A consolidação e a ascensão das famílias analisadas se deram a partir de estratégias diversas, que envolviam desde os relacionamentos consangüíneos até a constituição de alianças estratégicas fora da parentela, a ocupação de cargos administrativos, eclesiásticos e políticos, só para ficar em alguns exemplos.

O termo “fortuna” aqui tem o sentido de “haveres”, de bens, de riqueza acumulada por algumas gerações, pois estou tratando da elite do sistema escravista². Geralmente, tais fortunas estiveram associadas a um leque diversificado de atividades, destacando-se o tipo-social do fazendeiro/negociante, que comercializava parte de sua produção. Como a historiografia tem demonstrado, a família foi de fundamental importância na montagem e no funcionamento dos empreendimentos econômicos desde os tempos coloniais, situação que se manteve no Império³. Como afirma Sheila de Castro Faria, é “pela família, não necessariamente consangüínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública e privada,

originaram-se ou convergem”⁴. “Poder” aqui é compreendido num sentido bem amplo. Pode referir-se tanto ao domínio privado do senhor, no espaço de sua propriedade, em relação à sua família, a seus agregados e escravos, quanto à ocupação de cargos administrativos, civis, eclesiásticos e públicos. Neste caso, a família representava uma importante “fonte de capital político”, que poderia ser acionada, sempre que necessário, nas lutas e nas disputas entre as de prestígio ou em outros tipos de conflito⁵.

Ainda gostaria de chamar atenção para o significado que estou dando ao termo “elite”. Talvez o conceito que mais se aproxime dele seja a expressão “boa sociedade”, elaborada por Ilmar Rollhoff Mattos, a partir das “recordações” do jurista campanhense Francisco de Paula Ferreira de Rezende, utilizada para designar a elite econômica, política e cultural do Império⁶. Embora se trate de um termo pouco preciso e, por isto, abarque uma concepção mais ampla de elite, acabei considerando que a análise do material empírico e o estudo de caso empreendido sejam os caminhos mais adequados para se verificarem as características deste grupo e sua importância no cenário regional e nacional. Quem fazia parte dela? Quais eram as estratégias de acesso a este reduzido grupo? Como se dava a inserção de alguns de seus membros no universo da política formal? Quais eram os ícones de representação social das famílias que pertenciam a este grupo? É novamente Francisco de Paula Ferreira de Rezende⁷ quem deixa algumas pistas sobre os homens de importância daquele tempo. Além de possuir terras e escravos, o que também dava notoriedade a um membro da elite era sua inserção na vida pública, seja através da ocupação de cargos políticos e administrativos, seja da participação em alguma confraria religiosa de importância do lugar. Este parece ser o caso do capitão Manuel Luiz de Souza, citado pelo autor. Ocupou os cargos de juiz municipal da vila, foi presidente da câmara, pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento, além de ser encarregado de levar o viático aos moribundos, fora da povoação⁸.

A investigação das fontes foi realizada considerando os métodos quantitativos, comuns aos estudos de cunho demográfico, econômico e social, e os qualitativos, típico das

abordagens da micro-história. Como acentua Levi, a “micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”⁹.

As fontes de caráter massivo que foram utilizadas se referem à documentação paroquial (assentos de batismo), às listas nominativas de 1831/1832 e aos inventários do termo de Campanha, analisadas tendo em vista a obtenção de dados mais gerais sobre estrutura social, econômica e demográfica da região, bem como concentração de posse de cativos, produção econômica, composição da riqueza, população escrava, percentual de africanos, estado conjugal dos cativos, dentre outras informações.

As trajetórias socioeconômicas e políticas das famílias mais abastadas, especialmente dos Junqueira, foram cotejadas a partir do cruzamento de várias fontes, como as listas nominativas, os inventários, os registros de sesmarias, as atas do parlamento nacional, os estudos genealógicos, as correspondências pessoais, etc.

As genealogias foram consultadas como fonte auxiliar no levantamento e na confrontação das informações sobre as famílias. Como ressalta Dupâquier, “sob a condição de serem completas e de abrangerem um meio definido, as genealogias constituem-se em excelente material para a construção da história social”¹⁰.

Década de 1750, Comarca do Rio das Mortes, Termo da Vila de São João del Rei. Foi especialmente neste período e neste local que teve início a trajetória de uma das grandes famílias da elite do sudeste escravista mineiro, que construiu sua tradição, sua fortuna e seu poder, consorciando diversas atividades em suas fazendas, articuladas ao setor do abastecimento interno e à praça mercantil carioca. Como qualquer outra história, esta também foi marcada por revezes e infortúnios que colocaram em cheque o poder, o prestígio e a fortuna familiar.

A saga da família teve início com a chegada do português João Francisco, natural de São Simão da Junqueira, à Comarca do Rio das Mortes por volta de 1750. Ali se estabeleceu e

deixou numerosa descendência. Na terceira década do século XIX, as propriedades de seus filhos estavam entre as melhores e as mais bem equipadas, com grande número de cabeças de gado, cavalos e porcos e vendiam grande parte de sua produção na Corte. A importância socioeconômica da família também se refletiu no campo da política, pois um de seus membros, Gabriel Francisco Junqueira, tornou-se deputado geral da província de Minas, por várias legislaturas seguidas, ao longo da década de 30.

A importância das propriedades da família Junqueira podia ser percebida pelo número de escravos que nelas havia para tocar os negócios das fazendas. De modo geral este número ultrapassava 30 cativos, coisa rara no cenário escravista mineiro naquela época e, em algumas delas, este número podia chegar a mais de 50 ou até mesmo a mais de 100. Especialmente neste período, parte da família sofreu um duro golpe por parte de seus cativos, quando nove de seus membros foram brutalmente assassinados na maior rebelião de escravos do sudeste brasileiro de que se tem notícia¹¹.

A origem das fortunas estava associada à diversificação das atividades e à comercialização de parte da produção em praças regionais e na Corte. Os caminhos do enriquecimento poderiam ser encontrados através da conjugação das atividades econômicas, da importância dos laços familiares e da ocupação de cargos políticos. A trajetória de Gabriel Francisco Junqueira, deputado liberal moderado, constitui num exemplo marcante deste tipo de correlação. Acabou tornando-se uma das principais lideranças regionais do sul de Minas na década de 1830. Sua atuação no Parlamento Nacional foi bem discreta e o único projeto que apresentou denota uma clara evidência dos interesses do segmento social do qual fazia parte e representava. Na revolta liberal de 1842, ainda despontava como uma liderança política de importância, congregando os proprietários insurgentes em torno da coluna que levou o sobrenome de sua família¹².

Os caminhos para limitar o fracionamento e até mesmo garantir a ampliação das fortunas foram encontrados através da realização de casamentos endogâmicos e de alianças

matrimoniais com outras famílias de prestígio e de posses. Importante notar que este conjunto de estratégias também foi utilizado pelos membros da família que migraram e adquiriram sesmarias no sertão do Rio Pardo. A necessidade de migrar para áreas de fronteira se impôs para alguns membros da terceira geração, em função da ausência de novas oportunidades nas áreas inicialmente ocupadas pelos ancestrais e também por uma estratégia pensada de investimento em áreas de expansão, que acabaram contribuindo para a fixação da identidade da parentela em um território muito vasto do sul de Minas, no nordeste de São Paulo e mesmo em algumas freguesias do Rio de Janeiro.

Ao longo das primeiras décadas do século XIX, a família Junqueira concentrou poder, riqueza e prestígio que seriam visualizados pela consolidação do nome da família, pela posse de grandes propriedades e escravarias, além de pela ocupação de cargos administrativos, eclesiásticos e políticos. Assim como em outras histórias, as incertezas e os infortúnios também são capítulos importantes a serem relatados. Especialmente no momento em que a trajetória da família estava consolidada, alguns de seus membros foram vítimas da ação coletiva e organizada de seus cativos, resultando na *Revolta de Carrancas*, uma rebelião de escravos que atemorizou não só a elite proprietária sul-mineira, mas grande parte do Sudeste escravista. Os acontecimentos resultaram em pelo menos dois tipos de estratégia por parte da Regência. Por um lado, tratava-se de punir exemplarmente os culpados, condenando-os à pena máxima, “morte por enforcamento”. Por outro, houve uma “estratégia de desinformação e censura”¹³, temendo uma onda sucessiva de levantes em áreas próximas, que possuíam grande contingente de cativos, como o caso das áreas cafeeiras em expansão no vale do Paraíba paulista e fluminense.

O início da ação política de Gabriel Francisco Junqueira esteve ligado diretamente aos acontecimentos que antecederam à Abdicação do Imperador, quando este empreendeu sua segunda viagem a Minas, com a finalidade que recuperar seu prestígio político, subjugar o avanço da facção liberal e patrocinar a reeleição do deputado Silva Maia, seu Ministro. A

resposta dos mineiros veio no resultado das eleições. Os jornais da época, pesquisados por José Pedro Xavier da Veiga, noticiaram o resultado eleitoral de 30 de janeiro de 1831, nos mais importantes colégios eleitorais da província, destacando a vitória exemplar de Gabriel Francisco Junqueira¹⁴.

As evidências sobre sua atuação política imperial são muito escassas. Nos anais do parlamento brasileiro, durante o período de 1831 a 1836, seu nome aparece 27 vezes. Participou de 16 votações, fez duas nomeações e apresentou somente duas emendas a projetos de lei e foi indicado para a Comissão de Minas e Bosques, com 23 votos, juntamente com outros dois deputados mineiros, Albuquerque Maranhão e José Custódio. Ao que tudo indica, o futuro Barão de Alfenas trabalhou nos bastidores da política e do parlamento, pois jamais discursou ou apresentou um projeto de lei. Por outro lado, não deixou de ser um líder regional de grande importância e defendeu os interesses econômicos de sua família e de uma parcela da elite da qual fazia parte e que possuía estreitos vínculos comerciais com a praça carioca. A única emenda que apresentou, e que mereceu registro nos anais do parlamento, não deixa de ser uma evidência clara desta relação, já que, em 26 de agosto de 1836, buscou reduzir em 50% a tributação sobre porcos e carneiros. Os primeiros seriam taxados em 0\$400 (quatrocentos réis) ao invés de 0\$800 (oitocentos réis) e os segundos, em 0\$200 (duzentos réis) ao invés de 0\$400 (quatrocentos réis)¹⁵. A ocupação do cargo de deputado no parlamento nacional e o contato com a Corte e os representantes da elite política do Império representavam oportunidades de ganhos pessoais, de defesa dos interesses de sua família e do segmento social de que fazia parte. Aí reside a importância de sua atuação política no cenário imperial.

A política, os negócios e a família constituíam os três pilares de sustentação e consolidação do prestígio e do poder de determinados membros da elite escravista. Através da conjugação destes três elementos, grandes proprietários poderiam ampliar seus negócios, fixar a identidade da parentela e garantir, assim, a continuidade das atividades políticas¹⁶. No período Regencial, a inserção do setor abastecedor na praça carioca, especialmente o

proveniente de Minas Gerais, possibilitou a projeção de alguns de seus representantes políticos, explicitado tão apropriadamente por Alcir Lenharo. E, certamente, Gabriel Francisco Junqueira é um caso exemplar deste tipo de trajetória¹⁷.

O estudo de caso empreendido e, particularmente, a trajetória política de Gabriel Francisco Junqueira nos ajudam a pensar sobre o lugar das elites regionais na construção do Estado imperial, notadamente no período das Regências e no início do Segundo Reinado¹⁸. Ao mesmo tempo em que impunham suas demandas, também se poderiam tornar aliadas ou não na preservação do Estado e da unidade nacional. A consolidação de uma grande liderança regional poderia ser medida pela fortuna, pelas convicções políticas e pelo respeito adquirido em determinado grupo, mas especialmente pelo capital político representado por uma extensa parentela. O Deputado Gabriel Francisco Junqueira acionou todos estes elementos e, assim como muitos outros grandes líderes políticos regionais de outras áreas escravistas do Império, teve um papel de destaque no cenário político da Corte, na medida em que se aproveitou do espaço público conquistado no cenário nacional para impor suas demandas pessoais, familiares e do grupo social que representava.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor dos Departamentos de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – unidade de Campanha e do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI/BH.

¹ Este foi o tema central de investigação de minha tese de doutorado, defendida, recentemente, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, intitulada *Família, Fortuna e Poder no Império do Brasil* – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850).

² Sheila de Castro Faria utiliza o termo num sentido mais diversificado, compreendendo-o também como “destino”, “fado”, “sorte”. FÁRIA, Sheila de Castro. *In A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 21.

³ O pioneirismo deste tipo de abordagem encontra-se em FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: as origens da família patriarcal brasileira*. 42ª ed., Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. Ver, ainda, VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Populações rurais do Centro-sul. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1920; MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. 3ª ed., São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

⁴ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento...*, p. 21.

⁵ Alguns autores já abordaram a história das famílias da elite nesta perspectiva. Ver, dentre outros: GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997; LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993; PINTO, Luís Aguiar Costa. *Lutas de família no Brasil: era colonial*. 2ª ed., São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980, (Brasiliana, 263).

⁶ MATTOS, Ilmar Rolhoff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994. Ver, especialmente, o capítulo II, pp. 103-109. Ver também NEVES, Lúcia Maria B. P. das. "Boa sociedade". In VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 95-97; REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

⁷ Francisco de Paula Ferreira de Rezende, como muitos homens de importância do seu tempo, seguiu a magistratura, além de ser proprietário de terras e de escravos. Foi juiz, fazendeiro de café e terminou sua vida como ministro do Supremo Tribunal Federal, no princípio da República. Sua obra, além de um relato autobiográfico, nos permite vislumbrar o cenário cotidiano do Império, seja no sul de Minas, precisamente em Campanha, ou no Rio de Janeiro, que o autor visitava com frequência, ou em São Paulo, onde completou seus estudos de bacharelado em Direito. Em 1887, deu início à redação de suas "recordações", registrando muitos aspectos que nos permitem melhor compreender o tempo do Império do Brasil.

⁸ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*, p. 46.

⁹ LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 136

¹⁰ DUPÂQUIER, Jacques. "Demografia histórica e história social". In MARCÍLIO, Maria Luíza (Org.). *População e sociedade*. Evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 29.

¹¹ Maiores detalhes sobre a rebelião podem ser encontrados em minha dissertação de mestrado e nos textos que publiquei sobre o tema. Ver *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996, pp. 175-206; "Rebeliões escravas na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas". *Afro-Ásia*. Salvador, nº 21-22 (1998-1999), 45-82; "Violência, Criminalidade e Controle Social – Rebeliões Escravas nas Minas Gerais – Século XIX: o caso Carrancas". *Actas do Congresso Luso-Brasileiro "Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários*, Lisboa, 2000, pp. 437-452; "Revolta de Carrancas". In *Dicionário do Brasil Imperial*. VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp. 635-637.

¹² Ver, especialmente, o capítulo IV de minha tese de doutorado: *Fortuna, Família e Poder no Império do Brasil...* pp. 203-267.

¹³ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

¹⁴ A dimensão da derrota que sofreu o candidato do Imperador e da força política de Gabriel Francisco Junqueira pode ser percebida pelo número expressivo de votos que este obteve em várias vilas mineiras. "*Ouro Preto: Junqueira - 29; Maia - 5; Queluz: Junqueira - 26; Maia - 3; Barbacena: Junqueira - 41; Maia - 3; São João del Rei: Junqueira - 33; Maia - 0; Campanha: Junqueira - 106; Maia - 0; Baependi: Junqueira - 40; Maia - 1*". Em poucas vilas, infelizmente não mencionadas pelo autor, o ministro Maia obteve maioria dos votos. Citado por VEIGA, João Pedro Xavier. *Ephemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos, Fundação João Pinheiro, 1998. p. 1095.

¹⁵ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1836. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Publicações, 1982, Vol. 2, p. 214.

¹⁶ Este também foi o caminho encontrado por algumas famílias da elite da Vila de São João del Rei. Ver BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – família e sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX)*. Niterói: UFF, 2002, tese de doutorado; GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, tese de doutorado. Ver ainda os resultados encontrados para a zona da Mata mineira, indicando que a elite agrária manteve uma atuação política somente no nível local, em OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de família; mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*, Niterói: UFF, 1999, tese de doutorado.

¹⁷ João Antônio de Lemos, o Barão do Rio Verde e dono da fábrica de chapéus finos de São Gonçalo também teve uma trajetória similar à de Gabriel Francisco Junqueira. Além de proprietário e dono de manufatura ocupou os cargos de vereador, deputado provincial, deputado no parlamento nacional e foi um dos defensores do projeto de criação da província de Minas do Sul.

¹⁸ Para uma discussão sobre o tema nesta perspectiva, ver: DOLHNIKOFF, Miriam. "O lugar das elites regionais". *Revista USP. Dossier Brasil Império*. São Paulo, n. 58, pp. 116-133, junho/agosto 2003, p. 118. Ver ainda, da mesma autora, "Elites regionais e construção do Estado Nacional". In JANCÓS, Istvan (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação (c.1780-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2004, e *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites*. São Paulo, FFLCH-USP, 2000, tese de doutorado.